



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA

ISSN 2525-3441

Michelle Márcia Cobra Torre
Universidade Federal de Minas Gerais
orcid.org/0000-0002-6515-142X
michelletorre@yahoo.com.br

*Diálogos entre história e literatura na obra
Guerra No Coração do Cerrado,
de Maria José Silveira*

RESUMO: O artigo tem o objetivo de discutir as relações entre história e literatura no romance Guerra no coração do cerrado, da escritora brasileira Maria José Silveira. Para isso, o trabalho se baseia nos seguintes referenciais teóricos, o filósofo Paul Ricoeur e o crítico Hugo Achugar. Defende-se que, ao colocar em diálogo os discursos do passado, o romance traz à tona discursos que são inacabados, pois são contemporâneos ao leitor e propõem uma reflexão sobre a questão do território indígena no Brasil. Além de sugerir a discussão contemporânea acerca desses temas, a narrativa, no que tange a relação da história com a ficção, borra as fronteiras do histórico com o literário, oferecendo sua versão da liderança indígena Damiana. Nesse sentido, o artigo defende que o romance histórico contemporâneo é escrito em nome da atualidade, sendo uma forma de reestruturar o passado em função das necessidades do presente, permitindo compreender que o passado não é fixo, mas que pode ser reelaborado constantemente. Em consequência, os discursos com os quais se interpreta a história, bem como as identidades e os papéis desempenhados por grupos diversos também podem ser reelaborados.

Palavras-chave: Guerra no coração do cerrado; História; Indígenas.



INTRODUÇÃO

O intuito de pensar o diálogo entre história e literatura no romance da brasileira Maria José Silveira, *Guerra no coração do cerrado*, publicado em 2006, deve-se à presença de discursos na obra que abordam questões como a relação entre os indígenas, primeiros habitantes do território, e os colonos, estabelecidos nas primeiras cidades do interior do país, bem como o discurso sobre a questão indígena, que envolve a política de aldeamentos, a questão da convivência entre colonos e nativos, assim como a condição marginalizada do indígena na sociedade brasileira.

Observa-se que o romance discute essas questões colocando em diálogo o passado e o presente, trazendo outros discursos e outras histórias. O texto também discute como o romance aborda a história, a construção da personagem feminina, Damiana, e sua relação com os direitos de memória, o que abre uma possibilidade de se reformular o imaginário nacional.

A história do romance é narrada a partir da perspectiva de Damiana, a liderança indígena que sofreu preconceitos por ser nativa, mas que lutou para conquistar melhores condições de vida para o seu povo. Damiana da Cunha é uma personagem histórica da etnia panará, que viveu no contexto da política de aldeamentos na capitania de Goiás, interior do Brasil, na passagem do século XVIII para o XIX.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E LITERATURA

As considerações do filósofo francês Paul Ricoeur, na obra *A memória, a história, o esquecimento*, e do crítico uruguaio Hugo Achugar, em *Planetas sem boca*, auxiliam na reflexão sobre o romance de Maria José Silveira. Na prática conjunta da memória e do esquecimento, segundo Paul Ricoeur, importa ressaltar a questão dos usos e abusos da memória¹, que também envolvem o jogo entre a história e a memória. O exercício da memória é o seu uso, que abre a possibilidade para os abusos, que resultam de uma manipulação da memória e do esquecimento por detentores do poder. Na manipulação da memória, um componente importante é a ideologia, que por meio de seu



discurso justificador do poder, da dominação, mobiliza recursos de manipulação para impor suas narrativas. Assim, os detentores do poder podem se valer de narrativas para se legitimarem. As narrativas podem ser de fundação, de glória e de humilhação. De acordo com Ricoeur (2007, p.98), “a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente”. No plano institucional, a memória exercida é uma memória ensinada, forçada a exercer a rememoração de acontecimentos tidos como fundadores dessa história e da identidade que a encerra. A história é ensinada e celebrada. Mas como Ricoeur ressalta, a propósito de Todorov, os abusos não são cometidos apenas por regimes totalitários, sendo o apanágio de todos os devotos da glória.

De acordo com Hugo Achugar (2006), como a memória organiza relatos e histórias, ela está presente nas preocupações sobre a transmissão do que estava esquecido ou silenciado. Para Hugo Achugar, os usos do futuro e do passado são centrais na transmissão da memória, seja a memória do passado ou do presente, sendo isso o que ocorre em toda narrativa histórica ou ficcional. Na concepção de Hugo Achugar, a memória deve ser considerada como mediadora do passado, do presente e do futuro, viva e diferente de qualquer outro arquivo. A memória é como uma construção cultural do presente, explica Achugar. Assim, ao indagar-se sobre a razão de se insistir ainda hoje no século XXI na investigação de imaginários, de datas e de heróis dos Estados-nação americanos, Achugar explica que, dentre muitas respostas, uma que pode ser formulada é a que propõe a necessidade de repensar ou re-fundar os Estados Nacionais. Pode-se pensar também que reler os fatos, discursos e imaginários que construíram os Estados Nacionais latino-americanos possibilita revisar o processo de construção dos sujeitos históricos que atuaram e modelaram o século XX, e também revisar quais são os sujeitos históricos do presente e aqueles que estão atuando no século XXI. Assim, grupos antes silenciados insurgem na cena político-social em busca de revisar o passado como formas de uso do presente e do futuro, lutando para exercerem o direito de

constituir a memória de seu país, reagindo contra o esquecimento e exercendo seus “direitos de memória”, expressão de Hugo Achugar.



O romance em questão demonstra que a história não é una, mas possui diversas versões, que podem ser construídas, reelaborando-se o passado, assim como as identidades nacionais. Em *Guerra no coração do cerrado*, a personagem feminina desconstrói a memória oficial, forjada pela história oficial do país, apresentando outras versões sobre a história da nação,

o que se relaciona à questão dos “direitos de memória”, como definiu Hugo Achugar. O romance escolhido trata da temática da colonização portuguesa na América e pode-se dizer que a obra propicia reacomodações de signos e imagens sobre o passado, em relação com o presente, abrindo para a possibilidade de se refletir sobre o que se faz e o que se pode fazer. Se para Paul Ricoeur, como o filósofo explica na obra *Tempo e narrativa*, a ficção possui a capacidade de realizar, retrospectivamente, certas possibilidades não realizadas do passado histórico, abarcando o que poderia ter acontecido, é a relação entre a verossimilhança da ficção e as potencialidades não realizadas do passado histórico que possibilitam que outras histórias e novas leituras desse passado sejam propostas.

219

Na esteira das discussões sobre a realização de outras possibilidades do passado histórico pela literatura, vale lembrar aqui a proposta de Linda Hutcheon, na obra *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*, sobre o romance pós-moderno denominado, por ela, de metaficção historiográfica. Segundo Hutcheon (1991, p.147), “a ficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é - em ambos os casos - revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico”.

Para Linda Hutcheon, a narrativa ficcional e a histórica são construções e sistemas de significação em nossa cultura, formas de mediar o mundo atribuindo sentido a ele, e o que a metaficção historiográfica faz é revelar essa natureza de construção e imposição de sentido. A metaficção historiográfica demonstra que, como o passado já aconteceu, só é possível ter acesso a ele por meio de textos (documentos, vestígios e relatos). Os registros do passado passam a ser signos de acontecimentos que são transformados em fatos pelos historiadores, segundo a concepção de Hutcheon, assim, nosso conhecimento histórico sobre o passado é transmitido de forma semiótica. Nesse sentido, para Hutcheon (1991, p.162), “as representações do

passado são selecionadas para significar tudo o que o historiador pretende” e a metaficção historiográfica atenta para esse procedimento, buscando demonstrar que não há possibilidade de se alcançar a verdade, sendo que tanto a narrativa histórica quanto a ficcional não devem ter tal pretensão.



Os romances de metaficção historiográfica, de acordo com Hutcheon, instalam, para depois borrar, uma linha de separação entre a história e a ficção. Na metaficção historiográfica, há uma autoconsciência em relação à sua construção, bem como uma busca em conscientizar sobre a necessidade de se questionar as versões admitidas da história. O romance pós-moderno estabelece uma ordem totalizante para depois contestá-la, mostrando sua marca de efemeridade e fragmentação. Outras características desse romance, apontadas por Hutcheon, são as formas de narração, que privilegiam múltiplos pontos de vista, sendo que nenhum dos personagens detém a certeza sobre o passado; além da incorporação do passado na literatura pela paródia, com intertextos literários e ficcionais, reescrevendo o passado dentro de um novo contexto, utilizando-se da ironia.

220

Segundo Linda Hutcheon, pode-se dizer que tanto a literatura quanto a história podem apresentar diferentes versões sobre o passado, pois novas versões do passado podem surgir, tanto pelo trabalho do literato quanto pelo trabalho do historiador, o que impede que haja uma conclusão sobre o passado. Desse modo, a literatura tem a possibilidade de propor outras versões para o passado, incorporando o material produzido por outros discursos, revisando assim o seu significado.

História e literatura podem propor novas leituras sobre o passado, abordando discursos ou personagens marginalizados pelas vertentes historiográficas hegemônicas. Nessa perspectiva, ambas se relacionam com a memória e o esquecimento. Novas abordagens históricas podem servir de inspiração para a literatura, bem como a literatura, ao trabalhar elementos de uma história silenciada ou marginalizada pode promover o interesse e o aprofundamento dos estudos históricos.



GUERRA NO CORAÇÃO DO CERRADO: UMA LEITURA DO PASSADO A PARTIR DO PRESENTE

Nessa perspectiva, o romance *Guerra no coração do cerrado* pode ser entendido como uma leitura do passado que dialoga com os desafios e os impasses vivenciados pelos brasileiros na contemporaneidade. Conforme discute a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em sua obra *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*, o direito dos indígenas às suas terras faz parte da legislação desde o século XVII, embora tenha sido constantemente desrespeitado. A Constituição de 1988 garante o usufruto exclusivo dos indígenas a tais terras, que são de propriedade da União, mas de posse inalienável dos povos indígenas. Na atualidade, diversas questões estão em jogo no que diz respeito à luta das várias nações indígenas por seus direitos, que vêm sendo violados. Dessa forma, o romance propõe que se pense na luta indígena desde a colonização aos dias atuais, assim como a relação entre o poder público, a sociedade e as nações indígenas. A guerra, o apresamento, a dizimação e a desestruturação social impostos aos povos indígenas, assim como a marginalização dos indígenas, são questões tratadas no romance, que se passa no século XIX, mas que estão latentes na atualidade brasileira mais do que nunca.

O romance de Maria José Silveira enfoca a política de aldeamentos, imposta pela Coroa portuguesa - e que continuou durante o Império -, e traz o discurso de que os aldeamentos foram feitos menos para cristianizar e civilizar e mais para transformar os nativos em agricultores sedentários e dóceis, que trabalhassem para a Coroa e os colonos. Os povos indígenas que negociavam a paz com a administração portuguesa na colônia deixavam o território onde viviam e eram trazidos para locais próximos às vilas dos colonos. Nesses novos locais, os chamados aldeamentos, os nativos não poderiam sair para caçar e não poderiam guerrear, além disso, deveriam cultivar alimentos tanto para sua subsistência quanto para a dos soldados que controlavam o aldeamento.

A tribo da personagem Damiana negocia a paz com o governador da capitania de Goiás, interior do Brasil. Damiana cresce entre o mundo dos colonos e o mundo dos indígenas tornando-se uma mediadora entre eles. Mas, Damiana enfrenta o



preconceito dos colonos contra os indígenas. Como se pode perceber pelo discurso presente no romance: “o ódio dos brancos contra os nativos parecia fazer parte do clima da capitania” (SILVEIRA, 2006, p.69).

Como a obra de Maria José Silveira aborda a política de aldeamentos empreendida pela Coroa portuguesa no Brasil é discutida a questão da ocupação de territórios, antes habitados por povos de diferentes nações indígenas, os apresamentos, os conflitos e as guerras, as leis portuguesas em relação ao indígena, o uso de sua mão de obra, a dizimação da população autóctone. Ressalte-se que tais questões são vistas e discutidas pelo olhar do indígena, especificamente de Damiana, que se torna uma “ponte” entre os dois mundos, pois havia aprendido a língua e os costumes dos colonos, assim ela assume o papel de mediadora entre os dois povos.

Damiana foi uma mulher indígena, pertencente a uma linhagem de caciques da etnia panará. Ainda criança, ela chegou à cidade dos colonos, Vila Boa, com sua tribo, liderada pelo cacique Romexi para se renderem ao aldeamento proposto pelo capitão-geral, Dom Luiz. Ao chegarem à vila, todos os indígenas foram batizados, sendo que é nesse momento que ela recebeu o nome Damiana, tendo como padrinho o próprio Dom Luiz, o qual se interessa em ter sob sua proteção a menina panará, ou como os colonos os denominavam: os “belicosos índios da nação cayapó” (SILVEIRA, 2006, p.16).

Em relação ao discurso sobre o indígena, presente na voz dos moradores da vila, pode-se perceber que grande parte desses personagens defende que os indígenas são povos cruéis, que deveriam ser escravizados ou exterminados. Para muitos colonos, os indígenas não eram considerados gente e deveriam servir aos brancos. No romance, os indígenas sofrem humilhações, são encarcerados por pequenos motivos e são marginalizados. Eles não possuem direitos, sendo totalmente excluídos da sociedade e considerados como animais, que deveriam exercer o trabalho pesado. Os indígenas que saem dos aldeamentos e passam a viver nas vilas acabam se entregando ao álcool e tornam-se mendigos, devido à marginalização social.

A personagem Damiana é uma liderança respeitada entre os panará e acredita que trazer mais nativos para o



aldeamento ajuda a manter suas tradições e a dividir o trabalho. Porém, um dia, ela percebe que os aldeamentos não são a solução para a felicidade dos povos indígenas e que seu povo vive marginalizado. Assim, após participar de várias incursões pelos sertões em busca de indígenas para o aldeamento, Damiana abandona o aldeamento e se une aos indígenas, que

ainda viviam nas aldeias do interior do país, e passa a lutar contra os colonos e em defesa do território indígena.

O romance *Guerra no coração do cerrado* traz à cena discursos que ainda ecoam no Brasil contemporâneo, como a questão do território indígena. A obra propõe ao leitor uma reflexão sobre como entendemos o lugar do indígena na colonização, e como entendemos o seu lugar hoje na sociedade brasileira. As preocupações do presente estão na leitura do passado. A abordagem dos aldeamentos, a crítica ao tratamento dispensado aos nativos e o olhar crítico da personagem Damiana, que vivencia a perda do território pelos indígenas e a degradação de seu povo, possibilita que o leitor reflita sobre o lugar do indígena na história do país e suas condições atuais, em relação aos direitos e ao exercício da cidadania.

Na obra de Maria José Silveira, a personagem indígena Damiana e sua aldeia, no interior de Goiás, aceitam um acordo com os colonos e saem do sertão indo para o aldeamento próximo à cidade dos colonos. Damiana passa parte de sua infância em Vila Boa, sob a tutela de Dom Luiz, que pensava em ter a menina consigo como uma forma de garantia de que os indígenas seriam pacíficos e aceitariam viver no aldeamento. Para Romexi e Angraíocha, lideranças indígenas, a estadia da menina entre os brancos serviria para que ela aprendesse sobre eles, para depois contar aos indígenas como pensavam os colonos.

Em Vila Boa, Damiana andava solta pelas ruas da cidade e morava no palácio do governador. Havia um padre na vila que dava aulas sobre a religião cristã para Damiana, mas sem muito se empenhar, uma vez que, tal como o romance coloca, naquela época, os jesuítas já haviam sido expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal e os padres, de outras ordens, que estavam na colônia, não tinham a preocupação jesuítica de converter e catequizar indígenas. Pelas referências históricas como a elucidação de medidas empreendidas pelo Marquês de



Pombal, sabemos que o romance inicia-se na segunda metade do século XVIII, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa.

Na cidade, Damiana enfrenta o preconceito dos moradores que temem os nativos. Havia muitas crenças que aprofundavam o preconceito contra os povos indígenas, como o medo de que suas mordidas fossem envenenadas ou que esses tivessem o poder de lançar feitiços. Além disso, a ambiguidade das leis portuguesas acirrava os conflitos entre colonos e nativos, pois essas, segundo o discurso presente no romance:

Ora favoreciam os colonos, aceitando que eles “desinfestassem” os sertões como se os nativos fossem realmente uma praga malsã, ora paternalizava os índios, recomendando acima de tudo “suavidade, persuasão, brandura”: duas políticas verdadeiramente antagônicas na teoria e na prática. Tirava com uma das mãos o que dava com a outra. Fazia vista grossa à guerra ofensiva contra os índios, autorizando ataques por um lado e, por outro, querendo que esses mesmos índios fossem atraídos pelas mostras da superioridade dos brancos. (SILVEIRA, 2006, p.69-70)

Como explica a pesquisadora Beatriz Perrone-Moisés (2000) acerca da legislação indígena no período colonial, a política portuguesa, associada aos jesuítas, defendia que os povos nativos fossem trazidos do sertão para as povoações próprias para esse fim, os aldeamentos. Lá trabalhavam e eram catequizados, tornando-se “vassalos úteis”, como eram nomeados em documentos do século XVIII. Os indígenas trabalhavam as roças produzindo alimentos para o seu sustento e nas plantações dos colonizadores, sendo ainda essenciais para a busca de outros indígenas nos sertões, devido aos conhecimentos que tinham do território e da língua. Os “descimentos”, como eram denominados os deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias, próximas às vilas dos colonos, tratava-se da persuasão dos nativos que viviam no sertão para constituírem os aldeamentos, sob a vigília dos colonos.

Segundo Beatriz Perrone-Moisés (2000), os métodos recomendados para o deslocamento das tribos era o uso da persuasão e da brandura, uma vez que o descimento forçado era ilegal, de acordo com as leis e regimentos vigentes. O convencimento incluía pactos, em que se garantia aos nativos a liberdade no aldeamento, a posse de suas terras, o bom tratamento dispensado aos indígenas. Como ocorre no romance de Maria José Silveira, Romexi e



Angraíocha realizam um pacto com o governador Dom Luiz ao descerem do sertão. Dom Luiz lhes concede a permissão para escolherem o local onde se iria construir o aldeamento e garante-lhes que terão liberdade de sair e entrar do aldeamento. Mas, com o tempo, o que ocorre são as restrições à liberdade dos nativos, os castigos e as humilhações. Damiana e seu povo são

forçados a deixarem as terras onde estavam, o aldeamento Maria Primeira, fundado no local que Romexi e Angraíocha haviam escolhido, e se mudar para outro aldeamento.

O aldeamento foi a realização do projeto colonial, como explica Beatriz Perrone-Moisés, pois garantia a conversão dos indígenas, a ocupação do território, sua defesa, já que os nativos eram usados nas guerras como tropas de defesa contra outras nações indígenas ou invasores, além de constituírem uma reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia. Sendo assim, a administração dos aldeamentos era objeto de disputas entre colonos e jesuítas, que tinham objetivos divergentes em relação ao uso desse projeto colonial. Desse modo, com a expulsão dos jesuítas, os colonos passam a administrar exclusivamente os aldeamentos.

As leis da Coroa portuguesa tratavam também da denominada “guerra justa”, assim como a Coroa espanhola, os textos portugueses também permitem a prática da guerra contra os povos hostis. Como causas legítimas para o empreendimento da guerra contra os nativos estavam a recusa à conversão à fé católica, a quebra de pactos e hostilidades contra os colonos. No romance, a guerra contra os indígenas torna-se cada vez mais acirrada, pois esses se tornam “bodes expiatórios”. Ataques, roubos de gado, destruição de fazendas e assassinatos tinham como únicos culpados, de acordo com a população da vila, os povos nativos. A guerra justa é abordada no romance, assim:

E ainda que os indígenas tivessem algumas vitórias isoladas, a superioridade tecnológica do poderio branco fez a mineração avançar, tornando mais necessário manter as áreas conquistadas e os caminhos “limpos” e “desinfestados”. Era o tempo da chamada Lei da Guerra Justa, quando os brancos estavam autorizados a se defender quando atacados. (SILVEIRA, 2006, p.38)

E enquanto as leis da Coroa ora cediam aos princípios de persuasão, ora autorizavam os

ataques, índios e brancos dançaram esse baile variado e contrastante, entre a “guerra justa ofensiva” e a “guerra justa defensiva”, entre a proibição de se fazer escravos e os escravos de fato sendo vendidos no mercado de Vila Boa, entre a teoria da “suavidade e da brandura” no trato com os índios e a prática cruenta dos capitães-do-mato contratados, como Pia-Pirá e muitos outros. (SILVEIRA, 2006, p.43)



Ainda sobre a legislação portuguesa, a voz narrativa do romance explica que mesmo que as instruções fossem em se utilizar suavidade e persuasão, a guerra não era proibida, podendo ocorrer caso fosse necessária, “necessidade que, em terra tão distante e sem fiscalização, dava margem a todo tipo de interpretação subjetiva ou interessada” (SILVEIRA, 2006, p.41).

Beatriz Perrone-Moisés explica que os regimentos também permitiam que se castigasse o gentio, ordenando destruir aldeias e escravizar aqueles que fossem hostis. Há ainda, em documentos dos séculos XVII e XVIII, recomendações de destruição total do indígena inimigo. Documentos denominam a destruição de guerra “rigorosa”, “veemente” e “total” a ser movida contra o inimigo, causando-lhe “todo dano possível”, de preferência até a sua “extinção total”. Diante dessa conjuntura, chefes indígenas rendem-se aos aldeamentos e há na documentação histórica a menção a caciques que se apresentam às autoridades coloniais para realizarem pactos ou viverem nos aldeamentos nos conformes portugueses. No romance, o líder Romexi se apresenta ao governador da capitania de Goiás, Dom Luiz, para firmar o pacto de descimento de sua tribo e a formação do aldeamento.

Em *Guerra no coração do cerrado*, Dom Luiz da Cunha Menezes, ao chegar a Vila Boa, para assumir o posto de governador na capitania de Goiás, encontra-se nesse contexto de conflitos entre nativos e colonos, assim, como novo governador, “ele tinha vindo pôr em prática a ilustrada política do Marquês de Pombal: ‘povoar e produzir’. Sua missão era convencer os índios a viverem em paz nos ‘aldeamentos’, onde, ‘civilizados e catequizados’, se transformariam em elemento povoador e mão de obra para a capitania” (SILVEIRA, 2006, p.43-44).

A primeira parte do romance está entremeada por capítulos que narram a história dos conflitos dos nativos com os colonos desde o início da colonização portuguesa. Assim, a história da guerra naquele território em conflito inicia-se com a



chegada da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, descobridor do ouro na região da Serra Dourada. Nesse sentido, o romance traça um panorama da conquista da região, desde as primeiras expedições, com as denominadas “entradas e bandeiras”, que tinham como objetivos, o reconhecimento do território, o alargamento de suas fronteiras, a

procura do ouro e o apresamento indígena, como comenta a pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira (2000). O romance de Maria José Silveira trata dos primeiros expedicionários, que em busca de ouro e movidos a lendas: “encontravam apenas índios, cuja captura e escravização servia para compensar os custos das viagens. Com o aparato bélico que levavam, destruíam aldeias inteiras, aprisionavam os sobreviventes e os conduziam como escravos para São Paulo” (SILVEIRA, 2006, p.37).

Assim, a pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira (2000) esclarece que conforme as “bandeiras” avançavam no interior do território, os contornos do Brasil iam sendo adquiridos pelo princípio do *uti possidetis*, a posse a quem colonizou de fato, ou seja, as terras, antes espanholas, foram agregadas à colônia portuguesa por meio de sua ocupação. Essas expedições no sertão entravam, muitas vezes, em choque com os povos indígenas, bem como com os jesuítas, quando esses ainda estavam instalados na colônia.

Desse modo, os tratados entre Portugal e Espanha, referentes às suas fronteiras coloniais, foram sofrendo modificações e dando origem a outrosⁱⁱ. Era de interesse da Coroa portuguesa garantir para si a região Amazônica e o centro-oeste do território, para isso, contava com a Colônia de Sacramentoⁱⁱⁱ como moeda de troca. Os portugueses tinham interesse na Amazônia e no centro-oeste por acreditarem existir metais preciosos nessas regiões.

A respeito da ocupação realizada pelos colonos no território do centro-oeste, a voz narrativa do romance propõe uma reflexão crítica:

Era um pensamento artificioso que fazia *tabula rasa* do fato de que os índios já eram, desde muito, muito tempo antes, povoadores de todo o imenso interior. Mas na cabeça das autoridades da colônia, quando se falava em povoadores estava-se falando apenas de um único tipo de povoador: aquele a serviço dos interesses do poder do momento, no caso, a Coroa portuguesa. (SILVEIRA, 2006, p.142)



Assim, os povos indígenas do centro-oeste vão sendo aprisionados, como os goyás; e outras nações, como os cayapós resistiam e guerreavam contra os colonos, chegando a serem denominados em documentos da época de “o mais bárbaro e indômito de quantos indígenas produziu a América” (SILVEIRA, 2006, p.42). No romance, o povo panará é denominado de nação cayapó pelos brancos, mas o personagem cacique Romexi ressalta que o seu povo é panará e não cayapó.

Maria José Silveira constrói o romance do ponto de vista do povo panará, especialmente de Damiana, mas há um capítulo em que o foco são as reflexões do cacique Romexi. Segundo as reflexões do povo panará, o homem branco teria “duas bocas”, ou seja, “uma para fora, que diz o que ele quer que o outro escute, e outra para dentro, que diz o que ele quer mesmo dizer” (SILVEIRA, 2006, p.29). Desse modo, Romexi não confia nos colonos, mas a guerra já vinha acontecendo há muito tempo e o seu povo estava morrendo. Para o cacique:

Portanto, é difícil para ele chegar a uma harmonia de pensamento sobre a nova tática que seu povo estava sendo obrigado a adotar. Não está completamente certo se realmente devem se render. Mas a verdade é que alguma coisa, fosse qual fosse, precisa ser feita. Seu povo está morrendo. E ainda que seu coração não esteja completamente tranquilo, tudo indica que a melhor decisão naquela hora é mesmo a trégua. (SILVEIRA, 2006, p.30)

No romance, Romexi e a nação panará não compreendem porque os colonos os expulsam de seu território, local onde vivem desde o tempo de seus ancestrais, além disso, os invasores iam entrando naquelas terras sagradas, ocupando seus santuários, destruindo suas matas e rios. O personagem reflete que os homens brancos não paravam de chegar, e agora traziam seu gado e buscavam mais terras para pastagens e plantações, seguiam os panará até as suas aldeias e os obrigavam a abandoná-las e a fugir cada vez mais para longe. A ambição dos colonos pela terra era tão grande que, como reflete o personagem indígena: “era como se agora não quisessem apenas matar ou afastar seu povo, mas expulsá-los para um lugar que nem existia de tão longe” (SILVEIRA, 2006, p.32). Para Romexi era essencial para a sobrevivência de seu povo que eles descobrissem de onde vinham tantos homens brancos, quantos ainda

estavam por vir e quais seriam as suas intenções. Assim, quando Damiana passa a viver no palácio do governador,



Romexi tem a esperança de que ela entenda como eles pensam e que descubra a fonte de seu poderio, sendo essa compreensão vital para que seu povo não fosse condenado a ser extinto ou a viver sob o jugo dos colonos.

O preconceito em relação à população indígena também está presente no romance. Damiana sofre com o preconceito perpetrado pela população de Vila Boa. Quando menina, Damiana sofria com os beliscões do escravo Zaqueu, que também a molestava verbalmente, além da perseguição de Dona Sustrute, que queria explorar a mão de obra da menina e ainda tentar lhe arrancar os brincos indígenas. A tensão em relação à convivência com os nativos estava no ar da vila, como é colocado em vários momentos da obra. Na porta da venda de Dona Escolástica, os homens se reuniam para beber aguardente e conversar. Em um passeio do governador pelas ruas da cidade junto a Damiana, ao passarem em frente à venda, Dom Luiz ouve um comentário de um dos homens:

Essa aí quando crescer vai ser igual aos parentes dela. Tudo bicho e tudo da crueldade da peste dos infernos. Desembaraçar a terra deles é feito matar cobra ou onça. É obra de caridade. O povo dessa cidade ainda vai se arrepender de não ter feito isso quando podia, é o que tenho a dizer. (SILVEIRA, 2006, p.74)

O personagem Dom Luiz reflete acerca do discurso sobre o indígena propagado entre a população da cidade:

A mentalidade desses colonos, mesmo de gente mais esclarecida como Dom Quintino, era clara como água: queriam escravizar o índio de qualquer maneira, por meio da compra, guerra ou aprisionamento. Para eles, como tinha dito o mineiro da porta da venda, índio não era gente, e só interessava morto ou fazendo o trabalho braçal para os brancos. (SILVEIRA, 2006, p.77)

Para o personagem Dom Luiz, ele, enquanto governador da capitania de Goiás, havia realizado um grande feito ao persuadir com brandura a tribo de Romexi a descerem do sertão para viverem no aldeamento Maria Primeira. Dom Luiz não era ingênuo e sabia que a intenção dos aldeamentos era menos cristianizar e civilizar e mais transformar os nativos em agricultores sedentários e dóceis, que trabalhassem para a Coroa e os colonos. Assim, Dom Luiz tinha sob o seu controle, como resultado dos descimentos do sertão de quatro aldeias, uma população de quase 700 homens guerreiros num total de 2.400 indivíduos, o que

comprovava o sucesso de sua administração naquela capitania.

Nesse sentido, o romance de Maria José Silveira mostra as relações tecidas no interior do Brasil entre indígenas e colonos, a visão desses últimos em relação à destinação dos nativos, o discurso sobre o indígena vigente na colônia dos séculos XVIII e XIX, quando os jesuítas não estavam mais presentes. Percebe-se que o personagem Dom Luiz, autoridade colonial do século XVIII, já não possui a crença de que o projeto possuiria fins cristãos e civilizatórios, e investe na política de aldeamentos para tornar os nativos sedentários, perdendo assim sua capacidade de guerrear, uma vez que nos aldeamentos, os indígenas não tinham mais a oportunidade de colocar em prática sua cultura de combate. No discurso presente no romance, os nativos, que viviam nos aldeamentos, eram a encarnação da contradição, ou seja, um povo guerreiro, que não fazia mais guerras ou caçadas.

Ainda sobre o discurso dos colonos acerca dos nativos, em outro momento da obra, quando Damiana já é adulta e lidera os panará do aldeamento, realizando a “ponte” entre os colonos e os indígenas, um dia, quando está atravessando a praça rumo ao palácio do governador para pedir uma audiência com a autoridade, que não era mais Dom Luiz, pois o cargo já havia sido ocupado por vários outros senhores, mas que sempre receberam Damiana e entenderam o seu papel de mediadora, a protagonista ouve a conversa de um grupo de homens: “Olha lá, a índia que eles chamam de dona. Que nem se fosse branca ou de respeito. Como se bugre pudesse ser de respeito” e mais a frente o outro comenta sobre seu papel no aldeamento: “Ela manda em tudo por lá, manda mais que os cabos e o comandante, e o governador deixa, acha bonito. Mas é que nem eu digo: melhor acabar com tudo, ‘desinfestar’ de vez essa indiaiada. Enquanto isso não acontecer, não tem jeito dessa região prestar”. O primeiro comenta que diziam pela cidade que ela era convertida e que levava os nativos para serem batizados, mas o segundo responde: “Que nada! Isso são histórias que o padre inventa pra se fazer de importante. Onde já se viu bugre convertido, homem? Se nem alma eles têm” (SILVEIRA, 2006, p.217).

O diálogo desse trecho do romance funciona como representante das vozes da população de colonos, que teme





os ataques dos nativos e, ao mesmo tempo, os despreza, dizendo não serem dignos de respeito. Demonstra também o discurso vigente entre grande parte da população, que apoiava o extermínio dos nativos, sob a alegação de ataques e de não serem convertidos ao cristianismo. Como em outro momento do romance é colocado, por aquelas bandas, havia “criminosos que, cometidos seus malfeitos, pegavam sua trouxa, saltavam sobre um bom cavalo e fugiam para nunca mais serem vistos” (SILVEIRA, 2006, p.77). Naquela região, havia “grupos de bandoleiros, salteadores de caminhos, vadios e facinorosos” (SILVEIRA, 2006, p.77).

Nos aldeamentos, o tratamento dispensado aos nativos era de trabalho forçado nas lavouras, com a imposição de uma mudança em seus hábitos em relação ao trabalho e ao cultivo, pois a produção deveria sustentar aos colonos, além dos indígenas. Além do cerceamento de sua liberdade, pois não poderiam ir e vir das florestas para os aldeamentos, os nativos sofriam humilhações e castigos violentos, caso não cumprissem os horários de trabalho ou desobedecessem às ordens dos colonos encarregados do aldeamento. Como está presente no romance: “homens eram amarrados sem comida ou água por vários dias à mercê do sol e dos insetos no temido tronco. Mulheres e crianças eram freguesas das palmatórias” (SILVEIRA, 2006, p.147).

Damiana compreende que há poucos nativos no aldeamento, assim, se tivessem mais mão de obra, o trabalho poderia ser mais bem distribuído e, para ela, os castigos acabariam. Desse modo, ela enfrenta o sertão em busca de outras tribos panará e tenta convencê-los a descerem para o aldeamento. Nesse primeiro momento, Damiana irá trabalhar a favor dos colonos, sem se dar conta, pois sendo uma descendente de caciques, ela tem o respeito de vários chefes indígenas da região e convence-os a descerem com ela para o aldeamento. A intenção da personagem é salvar tanto o povo panará que está nos sertões, quanto o povo que está no aldeamento e que sofre com os castigos físicos e as humilhações, mas a cada nova chegada de nativos, o ciclo recomeça – os indígenas são batizados, trabalham forçados, sofrem castigos, revoltam-se e fogem do aldeamento.

O irmão de Damiana, em um diálogo com a personagem, põe em dúvida o projeto de aldeamento e a



faz refletir sobre o seu papel de convencer os nativos de virem para o aldeamento. Manoel a indaga se vale a pena viver daquela maneira, pois “nosso povo não gosta de viver aqui, é quase como se estivesse em cativeiro”, e ainda, o personagem completa, “viver com a ameaça de ser castigado por uma gente que não é a nossa família nem da nossa casa.

Fico pensando, irmã. Vale a pena? Até quando vamos aceitar? Quando vamos dizer nosso basta a tantas promessas não-cumpridas?” (SILVEIRA, 2006, p.229).

Damiana ainda acredita que o melhor é trazer os nativos para o aldeamento, para viverem, ao invés de morrerem, mesmo que sob tais condições. Mas outras situações vão levando a protagonista a refletir sobre a condição dos indígenas em relação à sociedade, a qual os marginaliza, os exclui. Ela visita a personagem Punquerê em uma vila próxima e se dá conta de como a nativa, que havia saído do aldeamento para morar com um colono, vivia. A índia parece mais velha, sem dentes e sem cor, pois havia perdido suas características indígenas, mas não era uma branca, nem era mais uma indígena, estava no meio do caminho e era uma excluída, pois os moradores da vila a rejeitavam. Ela conta que seus filhos estão sempre doentes e que os moradores de lá parecem ter raiva e deboche dela. Punquerê diz encontrar conforto apenas na aguardente. Damiana também vê outros índios que moram na vila dos brancos e todos eles são sem cor, sem dentes e magros. Muitos se tornaram mendigos e estão bêbados. Punquerê e outros indígenas, que vivem nessa vila, parecem, aos olhos de Damiana, mortos vivos.

Em suas reflexões sobre o contato entre o indígena e o branco, Damiana reflete que os indígenas que viviam na cidade dos brancos, sem mais ter contato com sua cultura nativa e com seus antepassados, pareciam estar doentes: “É como se tivessem uma doença ou um feitiço de branco. Como se algum bicho sobrenatural tivesse lhes chupado a carne e o sangue do seu recheio de gente. Seu espírito” (SILVEIRA, 2006, p.234). Segundo a voz narrativa do romance, Damiana “não sabe que o nome daquilo que está vendo é assassinato cultural. Não sabe o nome nem o motivo de sua força.

Mas sente o poder de algo que para ela é sobrenatural” (SILVEIRA, 2006, p.234). Desse modo, o romance realiza uma crítica contemporânea sobre a situação indígena desde



a chegada do colonizador aos dias atuais e apresenta o conceito de assassinato cultural, que Damiana não poderia conhecer naquele momento histórico, mas presenciava a sua força e destruição.

O romance também leva o leitor à reflexão do conceito de “índio”, pois, como Damiana comenta, Punquerê não era mais uma panará, mas era outra coisa, “o que os brancos chamam de índia” (SILVEIRA, 2006, p.234). Segundo o discurso presente no romance, Punquerê havia perdido sua cultura, sua identidade panará, tornara-se uma índia, assim como xavantes, cayapós ou goyás, todos compunham o grupo de marginalizados nomeados indistintamente de índios.

Damiana sente-se cansada das promessas dos colonos e percebe que seu povo e sua cultura irão desaparecer. No aldeamento, os nativos brigavam por aguardente, tinham sua mão de obra explorada e viviam sem liberdade. A personagem reflete que não quer essa situação para o futuro de seu povo. Assim, Damiana muda a sua estratégia e cogita que é “melhor ter morte gloriosa em batalha do que a morte lenta da trégua no aldeamento dos brancos” (SILVEIRA, 2006, p.235). Damiana reflete sobre a ambição e a ganância dos colonos: “os brancos têm costumes famintos, e a fome deles não se aplaca. Querem engolir todas as terras, costumes e aldeias panará, não conseguem mais esconder a ganância” (SILVEIRA, 2006, p.241).

No epílogo, Maria José Silveira explica ao leitor que, de acordo com a historiografia oficial, Damiana faleceu em 1831 devido a uma doença que a debilitara, sendo sepultada na igreja local. Mas o romance propõe outra versão para o destino de Damiana. A protagonista, após encontrar uma aldeia panará destruída pelos brancos, decide não voltar mais para o aldeamento, ela “viverá ou morrerá no sertão, com os seus” (SILVEIRA, 2006, p.249). A personagem Damiana reflete “que juntos e longe dos brancos é que deveriam continuar procurando o verdadeiro caminho para a terra feliz do seu povo” (SILVEIRA, 2006, p.250). Na versão de Maria José Silveira, Damiana foge para o sertão em busca dos remanescentes do povo panará e decide lutar ao lado deles em defesa de seu território. O caixão que chega à vila carregando o suposto corpo de Damiana contém pedras para forjar o peso de seu corpo. Nesse sentido, o romance de Silveira, ao questionar a

versão admitida pela historiografia oficial sobre Damiana, propondo outra versão, dialoga com o conceito de metaficção de Linda Hutcheon.



Percebe-se uma característica importante em *Guerra no coração do cerrado* que é o fato da autora realizar uma pesquisa minuciosa sobre a história da região centro-oeste, de sua ocupação pelos colonos a serviço da Coroa portuguesa, dos aldeamentos, das leis portuguesas do período e dos povos indígenas da região. Além da história, a autora também lança mão de dados etnográficos e geográficos, como pode ser percebido em explicações tecidas ao longo da narrativa, sobre os locais sagrados visitados por Damiana, com inscrições rupestres e a descrição da geografia do sertão no qual se passa a história.

Outro ponto a ser ressaltado no romance é o papel da mulher, representada pela personagem Damiana, que assume seu papel social, sendo uma liderança entre os indígenas, buscando mudanças e melhores condições de vida para o seu povo. O romance constrói uma personagem feminina forte e corajosa, que enfrenta todos os obstáculos para defender o seu povo. Ao final do romance, Damiana escolhe a luta no sertão e a insubmissão à administração brasileira, que não respeitava os povos indígenas. Na obra, depois de refletir sobre as condições de vida dos indígenas e o que poderia acontecer com todos os povos nativos caso ninguém lutasse por eles, Damiana decide abandonar o aldeamento e lutar por seu povo. Assim, a autora do romance muda a história oficial de Damiana e não segue a documentação histórica que registra a morte da indígena em sua última viagem ao interior. Maria José Silveira opta por construir um novo final para Damiana. No romance, Damiana se une aos povos indígenas que resistiam à colonização e defendiam seu território no interior de Goiás. Nesse sentido, Damiana assume a imagem da luta pela causa indígena e pela defesa dos territórios.

O romance constrói outra versão da história da colonização do interior do país, assumindo o ponto de vista dos povos indígenas, que viram seus territórios serem devastados pela ocupação dos colonos. A obra mostra que existem diferentes versões da história que podem ser construídas, a partir de diferentes pontos de vista, o que propicia a heterogeneidade de discursos. Também, lança luz



em uma personagem histórica de etnia panará, que lutou pela causa indígena, narrando sua vivência da perda de território, os novos desafios impostos a ela como liderança indígena frente à colonização, assim como suas reflexões sobre a marginalização dos povos nativos. A obra lança luz à resistência indígena em relação à colonização e demonstra que houve conflitos e guerras nesse processo do qual participaram homens e mulheres de diversas etnias. Nesse sentido, o romance histórico contemporâneo demonstra que o passado não é fixo, podendo ser reelaborado e ressignificado a partir das questões do presente. Assim, abre-se a possibilidade para o leitor refletir sobre o imaginário nacional e mudar muitas das concepções existentes nesse imaginário, forjadas pelas narrativas oficiais, ou seja, as narrativas “autorizadas” e ensinadas, que cristalizam imagens de grupos vencidos, que foram forjadas pelos grupos vencedores.

235

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou mostrar que o romance em questão traz à cena a história, bem como discursos contemporâneos ao leitor. A obra é crítica em relação à história oficial e propõe outras versões da história, trazendo à cena outras vozes e outros discursos. A narrativa se relaciona ao discurso das origens, estabelecendo relações com o presente do Brasil e com questões latentes na atualidade como a questão da alteridade, por exemplo, que pode ser percebida pela presença do confronto entre discursos a favor e contra a colonização e a submissão indígena. Há um destaque do papel social e histórico da mulher no contexto da colonização, apresentando outra versão da história, que ressalta essa presença feminina na história do Brasil.

Outra característica observada no romance foi a problematização do passado histórico e o questionamento de crenças e valores vigentes no momento histórico abordado, o que demonstra as preocupações do presente na escrita. Além de discutir tais questões, dentre outras, vale ressaltar também a pergunta colocada pelo romance de qual o lugar da mulher na história? E em qual lugar da história se deseja

colocar hoje os que foram excluídos devido ao processo histórico?

O romance possibilita que o leitor reflita sobre os usos que os grupos fazem da memória, perpetuando ou esquecendo as memórias de outros grupos. Assim, tanto a história quanto a literatura são construções dependentes dos usos de grupos, de acordo com suas reivindicações e interesses. Além disso, não há uma verdade, uma única versão do passado, pois ele não é inerte, uma vez que os seus usos no presente, permeados por relações de força, por disputas, é que vão fazê-lo se mover e se transformar, pois o passado pode ser reelaborado constantemente.

Ressalte-se que o romance narra sobre o momento da colonização a partir do ponto de vista de grupos antes silenciados pela história oficial, o que pode ser entendido como uma forma de assumirem seus “direitos de memória”, como propõe Hugo Achugar, o que demonstra que as nações são constituídas por vozes heterogêneas. O surgimento de novos relatos ou de relatos ressignificados sobre a constituição das nações propicia uma reformulação do passado e da memória das nações latino-americanas, abrindo a possibilidade de se reelaborar identidades e imaginários nacionais a partir da leitura de romances que ressignifiquem o papel de grupos e de personagens históricos. Pode-se entender que a autora do romance estudado desvela outra face da história. Por meio da leitura, surgem outras versões sobre a formulação das nações, o que revela que a história pode sempre ser reescrita, discutida, ressignificada. Todos possuem seus “direitos de memória”, tal como proposto por Hugo Achugar.



REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.



OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

SILVEIRA, Maria José. *Guerra no coração do cerrado*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Recebido em 14 de abril de 2021.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2022.

237

DIALOGUES BETWEEN HISTORY AND LITERATURE IN THE WORK GUERRA NO CORAÇÃO DO CERRADO, BY MARIA JOSÉ SILVEIRA

Abstract: The article aims to discuss the relationship between history and literature in the novel *Guerra no coração do cerrado*, by the Brazilian writer Maria José Silveira. For this, the article is based on the following theoretical references, the philosopher Paul Ricoeur and the critic Hugo Achugar. It is argued that, by putting into dialogue the discourses of the past, brings out speeches that are unfinished, because they are contemporary to the reader and proposes a reflection on the question of indigenous territory in Brazil. In addition to suggesting the contemporary discussion of these themes, the narrative, in what concerns the relation between history and fiction, blurs the frontiers between the historical and the literary, offering its version of the indigenous leadership Damiana. In this sense, the article argues that the contemporary historical novel is written in the behalf of the present, being a way to restructure the past in function of the needs of the present, allowing us to

DIALOGOS ENTRE HISTORIA
E LITERATURA NA OBRA
GUERRA NO CORAÇÃO...
Afluente, UFMA/CCEL, v.7, n.20,
p. 216-238, jan./jun. 2022
ISSN 2525-3441

understand that the past is not settled, but it can be constantly reconstructed. As a consequence, the discourses which we use to interpret history, as well as the identities and roles played by diverse groups can be also reconstructed.

Keywords: Guerra no coração do cerrado; History; Indigenous.



ⁱ A expressão “abusos de memória” é tomada, por Paul Ricoeur, de Tzvetan Todorov.

ⁱⁱ Foram cinco grandes tratados realizados entre Portugal e Espanha no período da colônia sobre os limites de suas possessões, como o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Utrecht (1715), o Tratado de Madri (1750), o Tratado do Pardo (1761) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777).

ⁱⁱⁱ A Colônia de Sacramento foi erigida pelos portugueses no século XVII e invadida pelos espanhóis no século XVIII. Com o Tratado de Utrecht a região é devolvida aos portugueses.